

## DISCURSO DO DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN

Câmara dos Deputados, 08 de julho de 2009

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Trago ao conhecimento desta CASA e da sociedade brasileira informações sobre graves violações de direitos humanos que estão sendo cometidos pelo governo fundamentalista da República Islâmica do IRÃ, especialmente em relação às minorias da Fé BAHAI.

Inicialmente desejo comunicar que REQUEIRO, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações ao Ministério das Relações Exteriores relativas às ações e providências que já foram ou estariam sendo tomadas pelo Governo Brasil sobre a grave questão que relatarei em seguida.

Não tenho dúvidas de que essa situação aflitiva, de violação explícita e inaceitável de direitos humanos por parte do governo iraniano tem passado ao largo das preocupações do governo brasileiro até o presente momento.

350 mil cidadãos iranianos integrantes da Comunidade BAHAI, por razões de Fé, Crença e Religião estão sendo perseguidos e privados de acesso às universidades, discriminados no mercado de trabalho e perseguidos como comerciantes, empreendedores etc.

Neste momento sete lideranças Bahá'ís, o que equivale dizer – todos os representantes legítimos daquela Fé pacífica e inteiramente apolítica e bi-secular estão presos no Irã há mais de um ano, nas masmorras da Cadeia de ÉVIN conhecida, por sinal, entre o que há de pior no mundo nesse quesito.

De acordo com informações das próprias autoridades prisionais às famílias dos líderes religiosos é possível que eles venham a ser JULGADOS em 11 de julho de 2009.

Trata-se de mera informação oral aos familiares sem qualquer confiabilidade ou devido processo judicial. Sabe-se que esse tipo de informação acerca de processos, dadas por oficiais judiciais tem-se provado não-confiáveis. É muito provável que as autoridades iranianas possam alegar algum outro motivo para modificar a data do julgamento e manter prisioneiros aqueles líderes religiosos.

As sete lideranças Bahá'ís no Irã, são inocentes de qualquer ato ilícito, continuam presos sem acesso à assistência jurídica e com apenas o direito mínimo de visitas supervisionadas de familiares e amigos.

Todos foram detidos de modo sumário e submetidos a intensos interrogatórios; somente sete meses depois receberam justificativas espúrias para sua detenção. Relatos da mídia oficial iraniana têm insinuado que os Bahá'ís serão acusados de “espionagem para Israel, insulto a santidades religiosas e propaganda contra a República Islâmica”.

O julgamento estaria agendado para a Corte Revolucionária. É o mesmo Tribunal que julgou e condenou, recentemente, a 8 anos de prisão a jornalista irano-americana, Roxana Saberi, por espionagem.

O governo daquele país acabou libertando a jornalista diante de fortes reações internacionais que condenavam a politização do caso e destacavam as evidências de procedimentos legais claramente injustos adotados naquela Corte.

Além dos 7 líderes religiosos, 30 outros Bahá'ís encontram-se atualmente presos no Irã – inocentes de qualquer crime e detidos exclusivamente com base em suas crenças religiosas, conforme a lista anexa que me foi encaminhada pela Comunidade BAHAI do Brasil e que desejo transformar em parte integrante deste pronunciamento.

A última TIPIFICAÇÃO PENAL adotada pelo sistema político fundamentalista e antidemocrático daquela importante nação seria, pasmem as senhoras e senhores deputados federais, um suposto crime de “espalhar corrupção na terra”.

Esse crime, tal como definido no código penal iraniano, é posto em termos tão vagos que qualquer pessoa que seja acusada de cometê-lo ficaria em posição extremamente vulnerável e abre-se a possibilidade para que as autoridades declarem qualquer atividade Bahá'ís como crime. Foi exatamente essa acusação que levou os líderes de 1980 e 1982 à pena de morte e, por não exigir provas materiais consistentes, torna-se muito violenta, discricionária e perigosa.

Além dessas deploráveis injustiças que estão sendo cometidas contra as sete lideranças Bahá'ís, as autoridades declararam, em meados de fevereiro, que os arranjos *ad hoc* para cuidar das atividades espirituais e sociais dos Bahá'ís são ilegais.

Tal situação de violação se tornou tão mais grave por que as sete lideranças Bahá'ís nacionais e os grupos locais que desenvolviam suas atividades relacionadas a sua fé já expressaram sua disposição de encerrar seu funcionamento coletivo. Imaginavam com esse ato de boa vontade que as autoridades iriam libertar os sete líderes e empreenderiam ações para melhorar a situação dos Bahá'ís, em geral. Ao contrário, o governo autoritário acirrou ainda mais a opressão.

Após o anúncio de que os grupos de administração Bahá'ís nacional e locais cessariam suas operações, as autoridades iniciaram o que parece ser um esforço organizado e intolerável para o mundo civilizado no sentido de interromper qualquer atividade Bahá'ís que fossem além de atos individuais e particulares de fé.

Os crentes que no passado serviram como membros de grupos de administração local, assim como outros que ativamente participaram de atividades da Fé, vêm sendo perseguidos e intimados a comparecer aos escritórios locais do Ministério da Inteligência e pressionados a assinar compromissos de que não se envolverão com outras pessoas em atividades Bahá'ís de qualquer natureza.

Desde o início de março deste ano, mais de 40 crentes em diferentes localidades do país já foram submetidos a essas formas de coerção intoleráveis.

O número de detenções arbitrárias também vem aumentando. Até o momento, nos quatro primeiros meses deste ano, foram 43 detenções – o que representa mais que metade do maior número de Bahá'ís presos em um ano, desde 2005.

Eis aqui, senhoras e Senhores Deputados alguns números alarmantes que me foram encaminhados pela Comunidade dos Baha'is, no Brasil: desde agosto de 2004, 233 Bahá'ís foram presos no Irã; 37 desses continuam ainda encarcerados; 88 foram presos e soltos mediante fiança e aguardam julgamento; 9 foram soltos sem fiança; 77 julgados e sentenciados e esperam julgamento de apelações ou intimação para cumprir as sentenças; 10 já foram julgados, sentenciados e cumpriram suas penas, no entanto, 4 desses cumprem agora a pena adicional de EXÍLIO ; e apenas 8 dos 233 tiveram o processo cancelado ou obtiveram veredicto favorável na fase de apelação;

Os acontecimentos descritos acima demonstram uma determinação efetiva por parte daqueles que mais fortemente se opõem à Fé Bahá'í para levar a cabo sua intenção de erradicar a comunidade Bahá'ís como uma entidade civil e religiosa no Irã.

A União Européia já declarou expressamente em nome dos 27 estados- membros, no ultimo dia 25, a preocupação com a “crescente violação da liberdade religiosa no Irã, tendo um parágrafo da declaração dedicado à situação dos Bahá'ís e seus 7 líderes religiosos que permanecem presos por mais de um ano. Austrália e outros países também já expressaram a sua preocupação com esse grave problema. O Brasil ainda não o fez.

A situação de violação aos direitos humanos no IRÃ e a falta de posicionamento do Governo brasileiro ferem o artigo 4º, II da Constituição da República Federativa do Brasil. Tal situação afeta a imagem brasileira no

concerto das nações e agrade nossa posição de intransigente defesa dos direitos humanos como diretriz de Política Externa.

O atual momento pós-eleitoral, bastante conturbado que vive o IRÃ e o recrudescimento do autoritarismo de um modo geral naquele ambiente político apresentam razões e ameaças suficientes para que o Brasil promova uma defesa mais firme dos direitos humanos dos integrantes da Fé Bahai, naquele país.

Para concluir, REQUEIRO que a Presidência desta Casa encaminhe este pronunciamento ao Gabinete do Presidente Luis Inácio Lula da Silva e ao Ministro Celso Amorim, no Ministério das Relações Exteriores, como parte integrante do Requerimento de Informações, art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, com o objetivo de que esta CASA seja oficialmente informada sobre a posição do Governo Brasileiro diante dessa gravíssima situação.

Era o que eu tinha a dizer.